

Relatoria Andanças do Patrimônio

Cidade: São Luís/MA

Data: 28/08/2025

Local da realização da atividade: Superintendência do Iphan MA

Relator (es): Dayse Maisa de Assunção Maciel de Jesus

Observação: após a conclusão da escuta, encaminhar a relatoria para:

snpc@iphan.gov.br

Eixo 1 - Tecendo redes e fortalecendo territórios: a institucionalização do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural a partir da gestão participativa e compartilhada	
Desafios	Oportunidades
	Recomendação sobre a Paisagem Histórico e Urbana, Unesco 2011 sobre a paisagem cultural e a questão da difusão dos inventários participativos.
	Fortalecer o diálogo interinstitucional, investir em diálogo com as universidades,
	Pensar em formações continuadas para comunidade local. Investir em mapeamento e publicização dos dados para o público, é necessário repasse de informações para as comunidades sobre o patrimônio cultural. Introduzir/trazer o conceito de patrimônio vivo, democratizar o acesso e tratar o patrimônio em todas as esferas e dimensões.
	Ampliar a proteção dos bens culturais para além do patrimônio edificado. construir um inventário de pesquisa de referências culturais estadual, com objetivo de impedir distorções. Pensar a construção a partir da legislação existente (no Iphan e em outras esferas e instituições) e elaborar um marco regulatório de institucionalização do SNPC, de forma a ser exequível localmente.
	Expansão da visão do que é patrimônio a fim de que se uniformize as ações de proteção e valorização, é necessário que as políticas sejam levadas aos fazedores de cultura. É preciso que o Iphan lidere um

	<p>processo de adoção de metodologias para difundir a visão do patrimônio para além do edificado e dos bens que são acautelados por ele. O conceito de patrimônio cultural deve ser ampliado e incluir bens que não tem proteção legal, mas, que são reconhecidos pela comunidade como importantes para sua identidade e memória.</p>
	<p>Mapeamento dos patrimônios culturais nos municípios, é preciso fazer o levantamento sistemático nos municípios. O Iphan deveria atuar na construção de política de assistência técnica em patrimônio cultural. Adotar pesquisas qualitativas para alcançar as opiniões das pessoas, as percepções sobre os bens culturais, é necessário a pesquisa qualitativa mais focada nos aspectos subjetivos da comunidade.</p>
	<p>É importante que a sociedade civil organizada se insira nessa gestão participativa compartilhada. Como os entes federativos trabalham no sistema cooperativo, sistema vertical (união, estados e municípios). A criação do SNPC deve adotar diretrizes efetivas, fortalecer os municípios, instrumentalização e coordenação dos estados e municípios nas políticas públicas culturais.</p>
	<p>As pessoas precisam ser capacitadas para participar e gerir o patrimônio cultural. Há necessidade de que os detentores saibam o significado do ponto de vista técnico. O Patrimônio Cultural deve ser tratado de forma intersetorial e transversal, sendo inserido em outros segmentos de políticas públicas, como climático, saúde, etc.</p>
	<p>É necessário a inclusão da arqueologia nas políticas públicas municipais e estaduais. É preciso que seja incluído e revisto aspectos como: falta de recursos,</p>

	<p>falta de conhecimento e legislação para desenvolver a arqueologia dentro dos municípios. E o Iphan deve promover mais fóruns de capacitação dos gestores com a temática Arqueologia, identificação de sítios, pesquisas, ordenamento territorial, socialização, fazer modelo de legislação que os municípios e estados possam se basear.</p> <p>Assim como, promover a inclusão das comunidades tradicionais na implementação das políticas de preservação dos bens arqueológicos.</p>
	<p>As instituições de ensino necessitam abordar outras dimensões do patrimônio. Falta a relação institucional entre Iphan e instituições de ensino superior e outros órgãos em geral. é necessário a escuta e o diálogo entre o Iphan e os estudantes de universidades, academias, a fim de promover a oxigenação de ideias.</p>
	<p>Construir estratégias de mobilização contínuas para o engajamento das comunidade detentora na preservação e promoção dos bens culturais. É importante sensibilizar a comunidade detentora para seu papel de agente ativo e referência na definição das ações de salvaguarda de seu território.</p>
<p>Falta de conhecimento dos gestores e municípios sobre as políticas de preservação do patrimônio cultural executadas pelo Iphan.</p>	<p>É importante a mobilização dos outros entes e sobretudo a aproximação dos gestores municipais com o Iphan. É preciso instituir mecanismos para o Iphan trabalhe com os gestores municipais, principalmente no entendimento do que é patrimônio. É importante a integração com as prefeituras, por meio de atividades como fóruns de diálogos e formações, a fim de auxiliar no trabalho de registro e mapeamento dos bens imateriais. A construção dos planos de salvaguarda, por exemplo, deve ser um</p>

	comprometimento de todos os entes federativos.
O Iphan ainda é limitado no processo de articulação mais ampliada com outros entes (estaduais e municipais) para a realização de uma agenda contínua de diálogos e para a construção de ações efetivas para a proteção do patrimônio cultural.	
	Reforçar o alcance das políticas do patrimônio nos bairros, por meio da educação patrimonial, nas áreas distantes do Centro da cidade, com foco na transversalidade, envolvendo gestores e técnicos de outras políticas, como saúde, educação, habitação, para discussão sobre educação patrimonial.
	Inserção dos patrimônios das comunidades quilombolas, indígenas nas políticas públicas culturais. É necessário inserir a cultura na pauta de orçamento dos municípios e estados, por exemplo, ampliação de servidores, realização de concursos para conseguir atender as demandas de proteção e promoção do patrimônio cultural nos territórios. É necessário pensar como ampliar a atuação do Iphan e demais entidades relacionadas à preservação do patrimônio cultural para além da capital.
	Fortalecimento dos municípios, para ações de políticas públicas sobre o patrimônio, com o estímulo ao uso de instrumentos de articulação, como por exemplo, termos de cooperação técnica). A ação compartilhada entre união, estados e municípios ajuda nas demais ações de proteção do patrimônio cultural, como por exemplo, na realização de

	inventários, cadastramento, mapeamento, etc...
	Instituir câmaras setoriais com o poder público e as instituições de ensino com fins de articulação, compartilhamento de ações, recursos, conhecimento técnico e científico.
	Reforçar a inclusão da preservação do patrimônio nas legislações municipais.
	Inserir os conselhos municipais e estaduais de cultura no Sistema Nacional de Patrimônio Cultural (SNPC), a fim de que a gestão seja compartilhada entre os entes
Eixo 2 - Patrimônio Cultural para e pelo povo: representatividade, acessibilidade, equidade e democratização	
Desafios	Oportunidades
	Ampliar a atuação do Iphan para mais municípios em todo estado, a fim de descentralizar as políticas patrimoniais, estimulando a sociedade civil local para apropriação destas políticas e sua participação efetiva.
	Criar mecanismos de aproximação com o público jovem, a fim de que conheçam sobre a política patrimonial. É necessário que os conteúdos sobre patrimônio cultural estejam inseridos nas escolas, por meio de incentivo e profissionalização dos jovens na área do patrimônio.
	Avançar na inclusão e participação das comunidades indígenas, afro descendentes e público LGBTQIAPN+ nos espaços de discussão e tomadas de decisão de seus patrimônios.
	Implementar projetos de acessibilidade para o contato e acesso justo das comunidades ao patrimônio.

	<p>Criar canais permanentes de escuta, promover espaços de diálogos, sobretudo com as comunidades detentoras estabelecidas em áreas tombadas.</p> <p>também é relevante a criação de canais de divulgação das informações relativas às políticas patrimoniais, a fim de sensibilizar as comunidades para proteção e participação nas tomadas de decisão.</p>
	Flexibilizar os modelos burocráticos de contratação para remuneração de povos e comunidades tradicionais nas ações que envolvem o patrimônio imaterial.
Existência de um quadro institucional com limitações orçamentárias para o efetivo mapeamento e cadastro de sítios arqueológicos.	
Dificuldades para a implementação das políticas patrimoniais nos territórios de comunidades tradicionais, devido aos conflitos existentes com pretensos proprietários e agentes economicamente poderosos.	<p>Formação local dos detentores como agentes do patrimônio, a fim de que participem ativamente na guarda da memória, com a criação de museus e demais instituições de preservação do patrimônio local.</p> <p>Constituição de capacitações para que as próprias comunidades realizem o cadastro, mapeamentos e inventários de seus patrimônios culturais.</p>
	Multiplicar o conjunto de ações com os bens registrados. Como exemplo, usamos o Tambor de Crioula, com a necessidade de ampliação das oficinas sobre o Tambor de Crioula dentro das escolas e seu incentivo junto à geração mais jovem nas comunidades detentoras.
Eixo 3 - Fazendo a roda do patrimônio girar: Fomento, Economia do Patrimônio, Trabalho, Renda e Sustentabilidade	
Desafios	Oportunidades

	Relacionar atividades do campo do turismo com os ofícios e saberes dos mestres, a fim de que se fomente oportunidades econômicas para as comunidades detentoras.
Limitações na atuação das empresas para a criação de incentivos e maior valorização do patrimônio cultural. Ainda são bastantes tímidos os investimentos da iniciativa privada para o campo do patrimônio.	
Dificuldades de acesso das comunidades detentoras de áreas tombadas ou de bens registrados aos recursos arrecadados por meio de eventos e/ou turismo vinculados ao patrimônio.	
	Otimização dos editais, por exemplo, o Arqueologia Viva, seria interessante criar um banco com as propostas de vários editais, podendo ser selecionado por tema e região a fim de se verificar a possibilidade de financiamento por outros recursos, editais, e outras fontes.
	Valorização de grupos tradicionais locais nos eventos municipais e estaduais.
Dificuldades no estabelecimento de parcerias e de canais de comunicação entre os detentores e a gestão pública municipal, estadual e federal voltada às políticas culturais.	
	Valorização da força de trabalho local e da cultura local, com a inclusão das comunidades detentoras de bens acautelados, no âmbito dos investimentos feitos pela iniciativa privada.
	Constituição de um fundo de cultura específico para o patrimônio e incentivos de emendas parlamentares voltadas à preservação e valorização dos bens acautelados.

	<p>Fortalecer a integração da política municipal, estadual de turismo, mobilidade urbana, e pensar a aplicação desses recursos.</p> <p>Criação de um plano de trabalho da política de turismo para articular com o SNPC, a fim de que seja reaplicado os recursos arrecadados nas ações de preservação do patrimônio cultural.</p> <p>Necessidade de análise e discussão profunda sobre as atividades turísticas em áreas tombadas e sua relação com as políticas públicas relacionadas à cultura e ao patrimônio.</p>
Eixo 4 - Patrimônio Cultural: caminhos para a promoção do desenvolvimento sustentável e para a proteção e a adaptação frente à emergência climática	
Desafios	Oportunidades
Avanço imobiliário desenfreado na Ilha de São Luís, ameaçando a existência dos territórios dos terreiros. Além disso, outras ameaças constatadas ocorrem com o avanço de linhas de transmissão e usinas eólicas próximo às comunidades de terreiros e povos tradicionais.	Ampliar discussões sobre desmatamentos, riscos decorrentes de ações desordenadas, embate entre madeireiros e sua relação com os patrimônios locais.
Dificuldades encontradas pelas comunidades detentoras para acesso às matérias primas usadas para a confecção de instrumentos. Um exemplo mencionado é a escassez de espécies de madeira úteis para a confecção de tambor na manifestação do Tambor de Crioula.	Criação e publicação de legislação que determine a proteção e o manejo sustentável dos recursos naturais próprios para a confecção artesanal de instrumentos e indumentárias dos bens culturais.
Ocorrência elevada dos prejuízos advindos da exploração dos recursos naturais por empresas e os impactos diretos na manutenção de bens culturais que dependem desses recursos para sua manutenção e continuidade.	Promover por meio de ações de conscientização os cuidados e proteção com os recursos naturais, objetivando a continuidade do uso desses recursos pelas comunidades detentoras de bens culturais.
	Fortalecer e expandir as oportunidades de diálogos sobre a relação entre patrimônio

	<p>cultural, mudanças climáticas e a atuação interinstitucional.</p> <p>Incorporar as políticas internacionais sobre mudanças climáticas nas tomadas de decisão sobre a preservação do patrimônio cultural.</p> <p>Incluir diretrizes de outras áreas, como ambiental e de segurança pública nos debates sobre os impactos das mudanças climáticas no patrimônio cultural.</p>
--	--